

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A VERSÃO DA MÍDIA

Vera Lúcia Azevedo Lima¹
 Maria de Lourdes Souza²
 Tadeu Lemos³
 Alan Indio Serrano⁴
 Daniela Motink Agostini⁵
 Adriana Lima Pimenta⁶

RESUMO

Teve-se como objetivo analisar a perspectiva da mídia escrita sobre comunidades terapêuticas e dependência química, em notas de um jornal catarinense no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014. Foi utilizado como método o estudo exploratório e documental de natureza qualitativa. Das 574 edições do jornal, foram selecionadas 70 notas, que reportavam: homicídios, diretrizes públicas, prevenção do uso de drogas, segurança pública e tratamento de dependentes químicos. Os dados mostraram que as notícias enfatizadas foram homicídio e segurança pública em detrimento do tratamento de dependentes químicos e de comunidades terapêuticas. Com base nos resultados deste estudo, espera-se contribuir para a difusão de valores e a desmistificação de crenças e reforçar tendências na definição de políticas públicas.

Palavras-chave: Comunidade terapêutica. Transtornos relacionados ao uso de substâncias. Homicídio. Segurança pública.

1 INTRODUÇÃO

O abuso de álcool, tabaco e de outras substâncias psicoativas (SPA) com potencial de induzir dependência, como a maconha e a cocaína e seus derivados, agrega novas feições à paisagem urbana e reatualiza modalidades de exclusão social, provocando impactos e requerendo aprimoramento das políticas de saúde e de serviço social, de forma integrada. Tais

¹ Enfermeira, Doutora em Enfermagem. Estágio de Pós Doutorado junto ao Projeto 174-2013 FAPEU . Docentada Faculdade de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Instituto de Ciência da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil - veraluci@ufpa.br

² Enfermeira, Doutora em Saúde Pública pela FSP-USP, Professora do PEN-UFSC, Presidente do Instituto REPENSUL, Coordenadora do Projeto Inovação na Atenção aos Dependentes de Substâncias Psicoativas no Estado de Santa Catarina - repensul@uol.com.br

³ Médico. Doutor em Neurociências, Pós-Doutor pelo Instituto Nacional de Políticas sobre Álcool e Drogas - UNIAD/UNIFESP, Docente do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Pesquisador do Projeto 174-2013 FAPEU- t.lemos@ufsc.br

⁴ Médico, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC. Docente de Psiquiatria do Curso de Medicina da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Pesquisador do Projeto 174-2013 FAPEU. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

⁵ Psicóloga, Aluna do Curso de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da UFSC, Bolsista do Projeto 174-2013 FAPEU . Florianópolis, Santa Catarina, Brasil - danimagostini@gmail.com

⁶ Socióloga. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.- adricorpoanalise@hotmail.com

abusos, por sua vez, acarretam danos de diferentes naturezas sobre os indivíduos, sobre as famílias e sobre a comunidade em geral. Portanto a dependência dessas substâncias psicoativas, assim como o contexto a ela associado - violência, tráfico, homicídios e suicídios constituem um problema também de Saúde Pública (MELONI; LARANJEIRA, 2004; NOTO et al, 2004; RONZANI, 2005).

Do mesmo modo, essas dependências de substâncias psicoativas podem se constituir em transtornos crônicos, com impacto biológico, psicossocial e ambiental, requerendo que os profissionais de saúde desenvolvam competência para compreender o fenômeno, preveni-lo, tratá-lo, orientar as famílias e promover estratégias para a superação dos eventos adversos associados. Especial atenção deve ser dada à crianças e adolescentes, pois são uma população de maior vulnerabilidade biológica e psicossocial (SQUEGLIA; JACOBUS; TAPERT, 2009).

Quanto à abordagem do problema ela pode ser feita em Unidade Básica de Saúde, em leitos psiquiátricos de hospitais gerais, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nas unidades de acolhimento (uma nova proposta dentro do Sistema Único de Saúde) e, também, nas Comunidades Terapêuticas (CT). Algumas CT primam pelas práticas de autoajuda, sem a participação de técnicos. Cada vez mais, contudo, estas instituições estão adotando um sistema misto de trabalho, somando intervenções feitas por profissionais, com o acolhimento por pares e a troca de experiências no regime de autoajuda. As CT podem fazer abordagens interessantes e eficazes para a modificação do estilo de vida de dependentes químicos e agir na área da prevenção terciária.

Conforme preconiza a Portaria n. 3.088/2011, uma das diretrizes para o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo transtornos por uso de substâncias, no âmbito do SUS, é a ênfase em serviços de base territorial e comunitária (BRASIL, 2011).

Nesta linha de atuação, as CT proporcionam um ambiente organizado de modo similar a uma família funcional, utilizando como principal instrumento terapêutico a convivência entre os pares, com uma estrutura hierárquica, na qual existem regras e normas, cujos membros se comprometam a aderir à proposta desde a entrada na instituição.

O elemento mais importante da abordagem em CT é a comunidade, utilizada tanto como contexto quanto como método no processo de mudança. É o elemento de utilização de comunidade que faz com que a abordagem seja distinta das demais utilizadas para tratamento e reabilitação de abuso de substâncias psicoativas e transtornos relacionados (EDELINA et al, 2010).

O modelo residencial de CT surgiu a partir da experiência adotada em hospitais
Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2015.

psiquiátricos, onde se formaram grupos de discussões nos quais a pessoa dependente participava ativamente como responsável por seu tratamento, juntamente com o médico. Nesse sentido, a responsabilidade do tratamento era compartilhada entre o médico e os demais membros da comunidade, sendo que todos os relacionamentos vivenciados na CT são potencialmente terapêuticos (VEALE et al, 2010). No Brasil, a primeira CT foi implantada no ano de 1968. Muitas delas foram implantadas por iniciativa de grupos religiosos de diferentes identidades, ganhando força a partir de 1990 com a fundação da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) (VEALE et al, 2010; FRACASSO, 2008).

As CT têm se ocupado em oferecer uma abordagem psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas no Brasil. O aumento numérico das CT tem acompanhado o crescimento populacional e, também, o aumento do número de usuários e dependentes de substâncias psicoativas (FRACASSO, 2008).

A instalação de CT em diversos pontos do território nacional requereu um posicionamento governamental, no sentido da regulamentação do seu funcionamento. Assim, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) editou a RDC nº. 29, de 30 de junho de 2011, o que conferiu maior legitimidade para o trabalho oferecido pelas CT (BRASIL, 2011; VEALE et al, 2010; FRACASSO, 2008). Nesta resolução foram apontados os elementos que passam a definir as CT, assim como os requisitos exigidos para seu funcionamento. Ela ressalta que o principal instrumento terapêutico a ser utilizado é a convivência entre os pares, dando contornos à vocação dessas instituições. A mesma resolução determina também exigências técnicas, como itens de segurança sanitária, aos estabelecimentos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial temporário (BRASIL, 2011).

As variadas apresentações do problema, em diferentes graus e com diferentes envolvimento, requerem múltiplas abordagens. Alguns casos beneficiam-se de grupos de autoajuda, como os Alcoólicos Anônimos. Outros respondem ao tratamento por equipe de saúde, em serviços de atenção primária. Outros ainda, mais graves, precisam de intervenção médica em regime hospitalar. Muitos necessitam afastar-se de seus ambientes familiares e ou comunitários, buscando ambientes mais protegidos, de menor risco, que propiciem de forma sistematizada a mudança de comportamento, através da convivência com pares, aprendendo novos hábitos que propiciem alterar o estilo de vida vinculado ao consumo de drogas. Para estes, as CT são uma alternativa que tem se mostrado eficaz (VANDERPLASSCHEN et al, 2013).

A forte expansão das CT frente ao crescimento dos problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas vem ganhando maior visibilidade nos meios de comunicação. Segundo Romanini e Roso (2012), a mídia, por seu amplo alcance na difusão de informações, torna-se modeladora da cultura. Por isso deveria ser usada para garantir o acesso democrático às informações, evitando a estigmatização e o estímulo ao pânico social.

O fenômeno social do abuso de substâncias psicoativas e seu impacto sobre as pessoas, as famílias e a sociedade desperta debates sobre a necessidade de ações preventivas no âmbito educacional, familiar e social. O impacto social dessas substâncias atinge todas as classes sociais, sem distinção de faixa etária, sexo, religião, escolaridade ou local de residência. Os danos são visíveis e têm consequências graves no âmbito individual e coletivo, elevando a morbimortalidade dos usuários. O abuso de substâncias psicoativas é, pois, um fator de contribuição para a anomia, agindo em interação simbiótica com fenômenos de desvio sociológico, como marginalização, homicídios, assaltos, roubos, tráfico e contrabando de drogas ilícitas. Gestores, profissionais e a sociedade civil organizada vêm sendo desafiados a desenvolver medidas para a transformação dessa realidade.

O Relatório produzido pelo Escritório da Organização das Nações Unidas para o Combate às Drogas e Crimes (*United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention*) (UODCCP, 2014) estima que de 16 a 39 milhões de pessoas no mundo fazem uso regular de algum tipo de substância psicoativa lícita. Estima ainda que destes somente um em cada seis tem acesso a serviços especializados para tratamento.

Assim, a mídia é uma fonte de pesquisa fundamental a ser explorada para se apreender a direcionalidade dada ao tema. Deve ser também pesquisada por seu papel relevante, seja de valor negativo, seja positivo, como formadora de opinião e intérprete dessa realidade.

Representa, ainda, um espaço destinado ao debate, à pressão sobre os poderes públicos. Ao noticiar os fatos e demonstrar essas situações humanas, bem como todo o impacto na realidade social, a mídia influencia no direcionamento das políticas públicas. Contribui, portanto, para a definição de diretrizes acerca das medidas preventivas em todos os níveis e sobre o uso das drogas ilícitas nas esferas federal, estadual e municipal e no âmbito assistencial. A imprensa dá visibilidade às necessidades de reeducação e de medidas de segurança, bem como às necessidades de criação de oportunidades para a superação da dependência de substâncias psicoativas, por meio do resgate da pessoa e de sua reinserção social.

A mídia, além de ser uma fonte de formação de crenças, valores e atitudes, também representa um contexto específico, capaz de refletir o pensamento coletivo em um determinado momento ou influenciar tal pensamento. Nesse cenário trabalhou-se sobre a perspectiva da mídia catarinense no tocante às comunidades terapêuticas e à dependência de substâncias psicoativas e teve-se como objetivo analisar a perspectiva da mídia escrita sobre comunidades terapêuticas e dependência química, em notas de um jornal catarinense no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014.

2 MÉTODO

O estudo foi do tipo exploratório, de abordagem qualitativa. Foram consultados os exemplares de um jornal catarinense, versão *online*, em seu sitio eletrônico, com a utilização da senha de assinatura, referentes ao período de 1 de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014. Foram utilizados os termos “comunidades terapêuticas”, “dependências de substâncias químicas” e “drogas”. Optou-se por utilizar o termo droga(s), após ter sido verificado que o termo “substâncias psicoativas” não faz parte do vocabulário adotado pela mídia. Foram incluídos na pesquisa os artigos que continham alguns destes termos, dando-se atenção aos artigos referentes a eles no âmbito geográfico do estado de Santa Catarina.

A exploração das notas de jornal foi realizada por meio da análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011).

Foi efetuada a pré-análise por intermédio da leitura dos exemplares do jornal catarinense de maior circulação no estado de Santa Catarina, publicação diária, para identificar as notas que trouxessem temas relacionado às categorias anteriormente definidas para, então, proceder à organização e à leitura dessas notas.

Em seguida, foi aplicada a regra da exaustividade, que consistiu na leitura das notas publicadas nesse jornal, buscando compreendê-las como um todo, não priorizando ou descartando qualquer dado. Também foi explorada a homogeneidade, para identificar a pertinência e a aderência das notas do jornal no que se referem às categorias previamente definidas e ao objetivo do estudo. A sistematização dos dados e os cálculos estatísticos foram realizados por meio da estatística descritiva, com agrupamento das notas por mês e ano, resultando em 574 edições do jornal em análise. Todos os cálculos foram realizados com o *Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2015.*

suporte de planilha eletrônica e a estatística descritiva, utilizando gráficos e tabelas.

O conteúdo do jornal pesquisado é considerado de domínio público e a consulta nele realizada para este estudo não acarreta identificação de pessoas e instituições. Portanto, considera-se que esta pesquisa cumpre o que determina a Resolução nº 466 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

3 RESULTADOS

Foram consultadas 574 edições do jornal catarinense pesquisado, publicadas *on line* no período de 1 de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014. Foi aplicada a análise de conteúdo de Bardin (2011). Foram selecionadas 269 notas sobre o tema e excluídas 199 notas que narravam a temática em relação a outros estados e países, restando 70 notas que passaram a compor o *corpus* de análise.

Das 70 notas, referentes aos termos pesquisados, no âmbito do estado de Santa Catarina, 84,2% se reportavam ao contexto do município de Florianópolis, 4,4% de Joinville, 2,9% de Camboriú e Itajaí e 1,4% dos municípios de Canoinhas, Criciúma, Palhoça e Porto Belo (Gráfico 1).

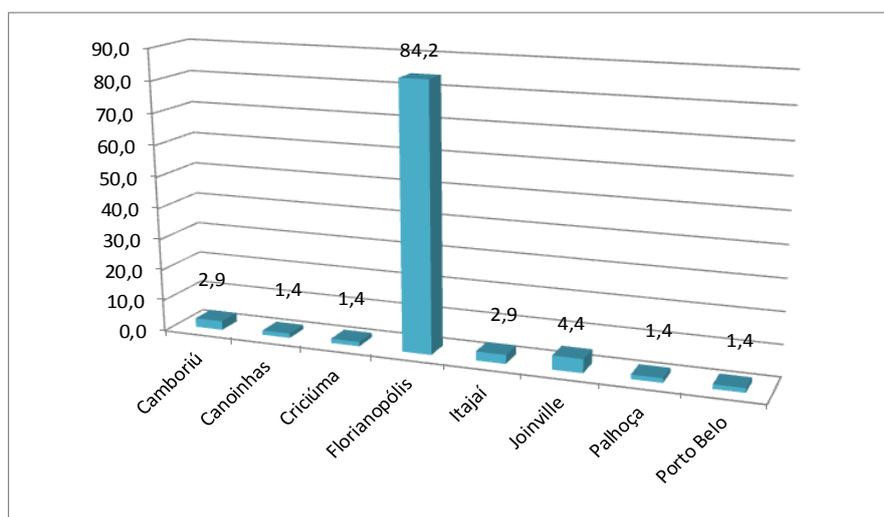


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos municípios do Estado de Santa Catarina mencionados nas notas do jornal catarinense pesquisado, período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014. Fonte: Dados desta pesquisa.

No Gráfico 2 são apresentadas as drogas ilícitas citadas nas notas do jornal, com maior frequência. Estas foram respectivamente: maconha (33,8%), crack (23,1%), cocaína (18,5%), ecstasy (16,9%) e dietilamida do ácido lisérgico (LSD) (7,7%).

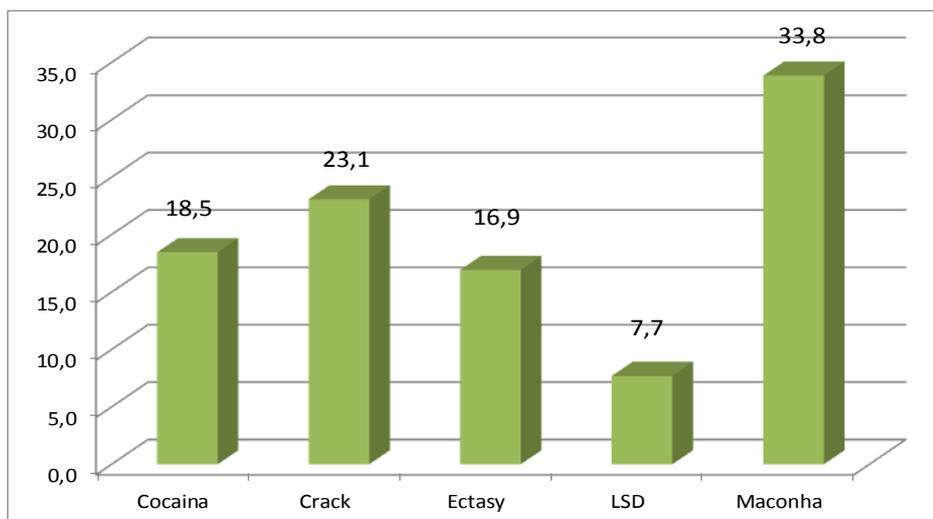


Gráfico 2 – Descrição percentual das drogas ilícitas citadas nas notas do jornal catarinense pesquisado, período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014.

Fonte: Dados desta pesquisa.

As categorias que emergiram da leitura das notas do jornal catarinense pesquisado, com suas frequências, foram as seguintes: homicídios (52,8%), diretrizes públicas (17,1%), prevenção do uso de drogas (12,8%), segurança pública (10%) e tratamento de dependentes químicos (7,14%) (Gráfico 3).

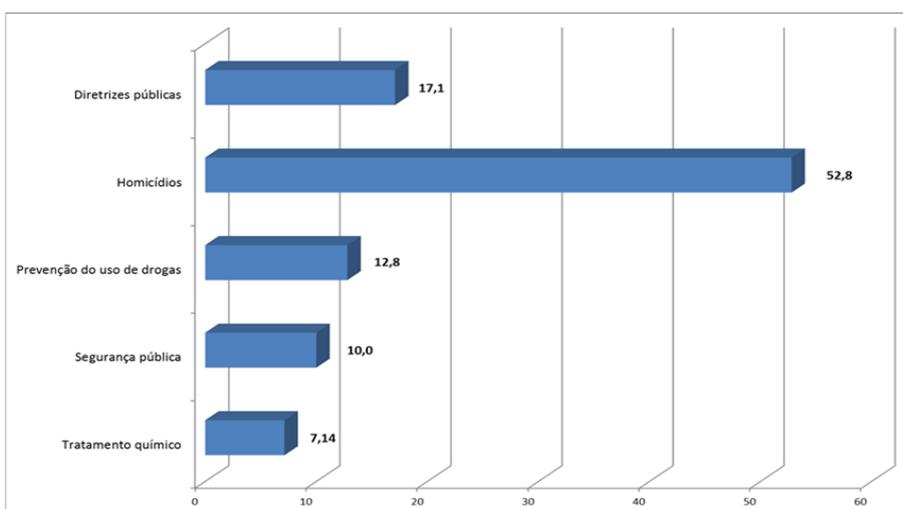


Gráfico 3 – Distribuição percentual das categorias que emergiram das notas do jornal catarinense pesquisado, período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014.

Fonte: Dados desta pesquisa.

No Quadro 4 apresentam-se as subcategorias que emergiram a partir das categorias.

Categorias	Subcategorias
Homicídios (52,8%)	Tráfico de drogas ilícitas; Venda de drogas ilícitas; Uso de drogas ilícitas; Crime organizado; Mortes.
Diretrizes públicas (17,1%)	Penas mais duras contra traficantes, internação compulsória para dependentes e criação de comunidades terapêuticas sob responsabilidade do poder público, para tratamento de longa duração; Criação e instalação de Delegacia de Combate às Drogas para efetuar capturas, monitorar e desmantelar organizações criminosas, prevenir e reprimir o tráfico e o consumo de drogas ilícitas; Projeto Reviver, uma significativa contribuição na construção de uma política pública de acolhimento ao dependente químico; Trabalho amplo e integrado, ação de investigação e processos capaz de encarcerar as lideranças e descapitalizar as quadrilhas, ocupação policial da comunidade, para evitar que novas lideranças se instalem, promover uma nova relação entre a comunidade e o espaço público; Uso pelos policiais de cães farejadores para revistar bagagem no Terminal Rodoviário Rita Maria.
Prevenção do uso de drogas (12,8%)	Programa Educacional de Resistência as Drogas e a violência; Programa Crack, é possível vencer, do Governo Federal; Realização de Cursos e Seminários para Educadores da Escola de Saúde Pública do Estado sobre a prevenção do uso de drogas; Educação e esporte como estratégias de prevenção do uso de drogas; Abordagem sobre as consequências do uso de drogas desde a educação infantil.
Conclusão	
Segurança pública (10%)	Parcerias para coibir o tráfico de drogas; Policciamento ostensivo fora do habitual; Combate ao tráfico de drogas; Rigor na concessão de licenças e na fiscalização de festas noturnas abertas ao público; Criação de Delegacias de Combate as Drogas e a Violência; Mapeamento das áreas conflagradas e dominadas por tráfico de drogas; Ocupação pela Polícia no Morro do Mocotó.
Tratamento dos dependentes químicos (7,14%)	Rede de Comunidades Terapêuticas; Internação compulsória; Hospitalização não consensual de dependentes químicos; Hospitalização compulsória.

Quadro 4 – Distribuição das categorias e subcategorias que emergiram das notas do jornal catarinense pesquisado, período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de julho de 2014.

Fonte: Dados desta pesquisa.

Conforme se observa no Quadro 4, a categoria “homicídios” foi a que mais esteve presente (52%) nas 70 notas selecionadas e analisadas. no jornal catarinense pesquisado. As categorias “diretrizes públicas” (17,1%), “prevenção do uso de drogas” (12,8%), “segurança pública” (10%), “tratamento dos dependentes químicos” (7,14%) aparecem em menor

proporção nas publicações do jornal.

4 DISCUSSÃO

O estado de Santa Catarina, localizado no centro da região Sul do país, é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Possui uma população de 6.634.254 de habitantes e conta com 295 municípios.

Contudo apenas nove municípios foram citados no jornal, em notas envolvendo temas relativos ao abuso de substâncias psicoativas. O município de Florianópolis, com 461.524 habitantes, é a segunda cidade mais populosa do estado, superada apenas por Joinville, que tem população de 554.601 habitantes. São José, na Grande Florianópolis, conta com 209.804 habitantes. Itajaí tem 201.557 habitantes. Criciúma, 192.308. Palhoça, também compondo a Grande Florianópolis, possui uma população de 150.623 habitantes. Camboriú tem 108.089 habitantes, Canoinhas 54.079 e Porto Belo 16.083 (IBGE, 2014).

Apesar da representatividade populacional do município de Joinville, ele ocupou reduzido espaço nas notas publicadas no jornal, quanto aos temas conexos a drogas ilícitas. O município de Florianópolis foi citado na mídia com 84,2% das notas sobre o tema. Pode-se pressupor que, por ser a sede do jornal e ser capital do estado, a cidade de Florianópolis receba maior atenção do órgão de mídia pesquisado.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, publicado no ano de 2007, pela Organização das Nações Unidas (ONU), houve um aumento do uso de cocaína e maconha no Brasil, tendo o primeiro passado de 0,4% no ano de 2001 para 0,7% em 2005, e o segundo, de 1% no ano de 2001 para aproximadamente 3% em 2005. (UNODCCP, 2014; UN, 2007). Todavia o Relatório Mundial sobre Drogas, publicado pela ONU em 2014, destaca que a prevalência do uso de drogas no mundo permanece estável. Cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade, usaram drogas ilícitas em 2012. Usuários de drogas problemáticos, por outro lado, somaram por volta de 27 milhões, cerca de 0,6% da população adulta mundial, ou 1 em cada 200 pessoas (UNODCCP, 2014).

O uso abusivo de drogas ilícitas está associado a comportamentos violentos e criminais, como acidentes de trânsito e violência familiar, principalmente entre pessoas com histórico de agressividade e com complicações médicas e psiquiátricas, elevando os índices de morbidade e mortalidade. As consequências do uso das drogas ilícitas refletem nos mais variados âmbitos da vida do ser humano e na vida de seus familiares (SCHEFFER; PASA; ALMEIDA, 2010).

Observa-se, nos valores percentuais de frequência de cada uma das categorias identificadas, que a mídia catarinense dá pouco espaço à divulgação de informações sobre as comunidades terapêuticas e outras abordagens. Valoriza mais as notícias sobre crimes, em especial os assassinatos, relacionados ao mundo das drogas. Observa-se, pois, que tais crimes motivam e mobilizam a imprensa.

Por ser atividade ilegal, a gestão e o poder dos traficantes são garantidos por meio de uma estrutura que se fundamenta na violência. Porém, os casos de violência associados ao consumo de drogas, como atos de usuários sob efeito de entorpecentes, assim como os crimes praticados para sustentar o acesso à substância psicoativa, representam apenas 5% do total dos homicídios (UNODCCP, 2014). Um olhar rápido e pouco crítico às publicações da mídia impressa podem, pois, transmitir um sentimento de supervalorização do papel das drogas ilícitas no contexto geral da violência, como se elas fossem a principal causa da violência endêmica que perpassa a sociedade.

Na categoria diretrizes públicas emergiram temas controversos, como a reivindicação de internação compulsória para dependentes, entre outros que se destacam pelo seu teor estratégico, como a implantação do Programa Reviver, projeto de inovação no tratamento de dependentes químicos, do governo estadual, cujas metas contemplam também o acolhimento do dependente de substâncias psicoativas.

A prevenção ao uso de drogas é outro tema prevalente na mídia. Das subcategorias que emergiram, somente o Programa Crack é Possível Vencer inclui as comunidades terapêuticas referindo-se a cursos de capacitação teórica para profissionais e voluntários que atuam em comunidades terapêuticas. O Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) estabeleceu, na Resolução nº 3/2005, metas de formação de pessoal em todos os segmentos sociais para atuar em ações preventivas na redução da oferta, da demanda e de danos quanto ao uso e abuso de álcool e drogas ilícitas (CONAD, 2005).

Supostamente, as ações preventivas poderiam delinear caminhos para que os adolescentes, ao se depararem com o universo das drogas lícitas e ilícitas possam escolher trajetórias que não limitem a sua liberdade, tão almejada nesta fase. Como regra, os autores preconizam que a prevenção sobre as drogas comece no ambiente familiar e seja abordada nas escolas e pelos educadores (SILVA; PINTO, 2012).

Os projetos educacionais de prevenção ao uso de drogas nas escolas e nos meios de comunicação são tratados com relevância pelas notas publicadas, demonstrando a valorização da mídia as políticas voltadas para campanhas educacionais e projetos nas escolas.

As subcategorias que emergiram da leitura das notas publicadas quanto à segurança
Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2015.

pública demonstram que a mídia está atenta aos encaminhamentos dados pela administração pública para o combate às drogas: ocupação de áreas conflagradas e dominadas pelo tráfico e seu mapeamento; rigor na concessão de licenças e na fiscalização de festas noturnas abertas ao público; incremento do policiamento ostensivo; criação de delegacias especializadas; criação de outras parcerias para coibir o tráfico.

O Programa Reviver é mencionado pela mídia como uma das contribuições para a construção de uma política pública sobre acolhimento de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas e sua reintegração à família e à sociedade.

Nessa perspectiva, as CT aparecem como alternativa viável ao acolhimento e tratamento de dependentes de substâncias psicoativas. Mas é preciso investir no planejamento e na organização dos ambientes do programa terapêutico, que precisam de infraestrutura adequada, e no planejamento do processo de reinserção social. É necessário capacitar os responsáveis pelas CT com conhecimentos e habilidades para o acompanhamento do processo de convivência entre indivíduos com experiência de vida diferentes, seus familiares e pessoas voluntárias.

As CT precisam, ainda, de suporte adequado para uma intervenção psicoterapêutica efetiva com aliança terapêutica de suporte, intervenção grupal, estratégias de psicoeducação, horários, regras e contratos bem delimitados e estruturados, combinação de estratégias individuais e grupais. As ações específicas devem incluir melhorias no autocuidado do dependente químico, assim como a promoção e a prevenção ao uso de drogas (ALVES; RIBEIRO; CASTRO, 2011).

5 CONCLUSÃO

As notícias veiculadas à sociedade pelo jornal pesquisado estimulam a reflexão e a discussão sobre a dependência química, influenciando a formação de ideias e de crenças.

As notas do jornal interpretam o uso de drogas lícitas e ilícitas, com dependência química, como algo associado a delitos: tráfico de drogas ilícitas, venda e consumo de drogas ilícitas, violência e mortes.

A exemplo do que se observa na mídia nacional, ainda falta aos formadores de opinião midiática do principal veículo catarinense de comunicação impressa o conhecimento sobre a questão dos comportamentos associados ao consumo de drogas e que precedem o tráfico e a violência. Prevalece a conotação sensacionalista e a disseminação do pânico moral.

A dependência química é um problema multi e intersetorial. É, inclusive, um *Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2015.*

problema de saúde pública. Portanto cabe aos profissionais da área da saúde e de outras áreas afins conhecer o que é difundido pela mídia e refletir sobre as possíveis respostas técnicas no Estado de Santa Catarina.

Agradecimentos: Ao Sr. Reinor Zelio Marcolino, jornalista, pela participação na coleta de dados. Estudo desenvolvido no contexto do Projeto Inovação na Atenção aos Dependentes de Substâncias Psicoativas no Estado de Santa Catarina.

THERAPEUTIC COMMUNITIES AND CHEMICAL DEPENDENCY. AN EXPLORATORY STUDY ABOUT THE PRINT MEDIA VIEW

ABSTRACT

Objective: To analyze the perspective of the print media publications about therapeutic communities and drug addiction, in notes of a popular newspaper published in Santa Catarina, a Southern State in Brazil. It includes publications from the period between January 1st, 2013 and July 31st, 2014. **Method:** An exploratory qualitative study. **Results:** Among the 574 editions of the Journal, there were 70 selected notes. Their categories included homicide, state policies, prevention of drug use, public safety and treatment for drug addiction. **Discussion:** the news mainly emphasized murder and public safety instead of treatment and therapeutic communities. **Conclusion:** the print media helps to spread beliefs and values, and enforces trends related to public policies definitions.

Keywords: Therapeutic community. Substance-related disorders. Newspapers.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. N. P.; RIBEIRO, M.; CASTRO, D. S. Cocaína e crack. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. (Org.). **Dependência química**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 170-9.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília (DF), **Diário Oficial da União**, 26 de dezembro de 2011, n. 230, Seção 1.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS. Resolução n. 03/GSIPR/CH/CONAD, de 27 outubro de 2005. Aprova a política nacional sobre drogas. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2015.

em: 10 set. 2014.

EDELENA, M. O. et al. Long-term effect of community-based treatment: evidence from the adolescent outcomes project. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 107, n. 1, p. 62-8, Feb. 2010.

FRACASSO, L. Comunidade Terapêutica: uma abordagem psicossocial. In: **ENCONTRO INTERDISCIPLINAR: Dependência química, saúde e responsabilidade social - Educando e transformando através da Educação Física**, 2008., Campinas. **Anais...** Campinas/SP: FEF/Unicamp, 2008. p. 10-20.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014**. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

MELONI, J. N.; LARANJEIRA, R. Custo social e de saúde do consumo do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo**, v. 26, Supl. 1, p. 7-10, 2004.

NOTO, A. R. et al. Violência domiciliar associada ao consumo de bebidas alcoólicas e de outras drogas: um levantamento no Estado de São Paulo. **Jornal Brasileiro de Dependência Química**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 9-18, 2004.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e Crack promovendo saúde ou reforçando relações de dominação. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 82-97, 2012.

RONZANI, T. M. **Avaliação de um processo de implementação de estratégias de prevenção ao uso excessivo de álcool em serviços de atenção primária à saúde**: entre o ideal e o possível. 2005. 159 f. Tese (Doutorado)-Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo (SP), 2005.

SCHEFFER, M.; PASA, G. G.; ALMEIDA, R. M. M. Alcohol, cocaine, and crack dependence and psychiatric disorders. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 533-41, Jul-Set. 2010.

SILVA, G. G.; PINTO, M. R. **A percepção dos familiares de usuários de substâncias psicoativas em relação ao tratamento na comunidade terapêutica**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade Assis Gurgacz (FAG), Cascavel, 2012.

SQUEGLIA, L. M.; JACOBUS, J.; TAPERT, S. F. The influence of substance use on adolescent brain development. **Clinical EEG and Neuroscience**, v. 40, n. 1, p. 31-8, 2009.

United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2007**. Nova Iorque: United Nations Publications, 2007.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World Drug Report 2014**. New York: United Nations Publication, 2014.

VANDERPLASSCHEN, W. et al. Therapeutic communities for addictions> a review of their effectiveness from a recovery oriented perspective. **The Scientific World Journal**. v. 2013, Article ID 427817, 22 pages, Epub 2013 jan 15.

VEALE, D. et al. A new therapeutic community: development of a compassion-focussed and contextual behavioural environment. **Clinical Psychology and Psychotherapy**, v. 22, n. 4, p. 285-303, Jul. 2015.

Submetido em: 05/03/2015

Aceito para publicação em: 28/08/2015